



REQUERIMIENTO N.º _____, DE 2014
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requerimento Nº 662/14

Requer a investigação dos fatos veiculados pela Revista Veja na edição de 02/08/2014, bem como a nulidade dos depoimentos da Sra. Graça Foster e do Sr. José Sérgio Gabrielli; e o afastamento dos parlamentares supostamente envolvidos na obstrução de instrução da CPI.

Tendo em vista as graves denúncias veiculadas pela Revista Veja na edição do dia 02/08/2014, relacionadas às oitivas pré-organizadas e enviadas a membros da CPI da Petrobrás, requiro a essa Presidência a **devida investigação dos fatos** e envolvimento de parlamentares e funcionários do Senado Federal e do Executivo, e em consequência:

- A declaração de nulidade dos depoimentos da Sra. Graça Foster, atual Presidente da Petrobrás; e do Sr. José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, por terem tido acesso às perguntas elaboradas pelo esquema de conluio e troca de informações para as oitivas; bem como o agendamento de novas oitivas com os referidos depoentes;
- O imediato afastamento dos Srs. Parlamentares que eventualmente estiverem envolvidos com a troca de informações, por suspeição de conluio, a fim de evitar novos episódios de obstrução à instrução criminal, enquanto se proceder à apuração dos fatos.

Reportagem da última edição da Revista Veja denunciou a montagem de uma grande farsa envolvendo funcionários da Petrobrás, assessores do PT no Parlamento e parlamentares governistas, para combinar depoimentos na comissão e repassar as perguntas antecipadamente para os depoentes.

Como membro desta Comissão Parlamentar Mista de inquérito, sinto-me no dever de requerer as devidas investigações por parte dessa Presidência e afastar todas as oitivas que ocorreram com vistas a viciar a coleta de prova testemunhal.

Em primeiro lugar, é necessário anular as oitivas relacionadas ao conluio, pois muitas das informações utilizadas pelos depoentes na CPI podem ter sido repetidas e reutilizadas nesta CPML. Ou seja, todas estariam eivadas de vício.

201804 17645
 Ken O'Dell
 Amy Cristine R. Martins
 Analista Legislativo
 Mat. 221 664



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Além disso, cabe afastar imediatamente os parlamentares eventualmente envolvidos no caso, pois não é aceitável que colegas parlamentares, indicados por suas lideranças para investigar, atuem descaradamente para beneficiar os suspeitos. Isso é inadmissível e não resta outro caminho que não seja a substituição dos mesmos em face da suspeição de conluio.

É necessário adotar, em subsídio às normas gerais das CPIs, o entendimento do Art. 312 do Código de Processo Penal, que já ressalta a gravidade da obstrução das investigações quando estabelece que:

*Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, **por conveniência da instrução criminal**, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).*

Ou seja, o mínimo que o Parlamento pode exigir é a saída imediata desses parlamentares, pois até o momento parecem não estar colaborando com as investigações.

Em vista do exposto, solicito o apoio para a aprovação deste requerimento.

Sala de Reuniões, em de agosto de 2014.


Dep. RUBENS BUENO
PPS/PR